



## RESOLUÇÃO N° 270/2012 - CST

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 808707, em nome da empresa F.G.J. DE FREITAS, conforme Processo nº 200800029009350.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, órgão regulador;

Considerando o disposto na Lei nº 8.987/95, Decreto nº 2.521/98, ambos da ANTT que dispõem sobre a exploração mediante permissão e autorização de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e ainda o Convênio firmado entre ANTT/AGR, conferindo poderes à última para a fiscalização do transporte interestadual de passageiros nas rodovias estaduais;

Considerando o que consta do processo, principalmente os pareceres técnico e jurídico, os quais são adotados na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que regulamenta a imposição de penalidades por parte da ANTT, no que tange ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

Considerando que a empresa F.G.J. DE FREITAS, infringiu o art. 1º, Inciso I, “L” da Resolução nº 233/2003, por trafegar com veículo em serviço, sem documento de porte obrigatório, no percurso Paraíso do Tocantins-TO/Goiânia-GO, foi autuada em 11/10/2008, nos termos do auto de infração nº 808707,

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Transportes, em reunião realizada em 10/02/2012,

### R E S O L V E:

Art. 1º Manter o auto de infração nº 808707, em nome da empresa F.G.J. DE FREITAS, pelo descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2012.

Ana Carolina de Lima Costa  
Conselheira Coordenadora

José Duarte dos Santos



Conselheiro